

C O M U N I C A

www.sindppd-rs.org.br

Dados

SindppdRS



Nº 15 / Janeiro a abril de 2008.

Filiado à
FENADADOS

Compromisso. Nas lutas, nas conquistas.

Imposto sindical facilita a farra com o dinheiro dos trabalhadores



A utilização do dinheiro dos trabalhadores em benefício próprio é inadmissível, mas, infelizmente, é facilitada por mecanismos como o imposto sindical, que tira do trabalhador o direito de decidir sobre a sua contribuição. A quem, afinal, interessa o imposto sindical?

A Conlutas foi a única grande central a se manifestar e se mobilizar contra o imposto sindical desde o princípio. Assim como o Sindppd/RS, a Conlutas defende que toda e qualquer contribuição aos sindicatos e centrais deve ser uma decisão direta dos trabalhadores, nos fóruns e assembléias de cada categoria. No entanto, ainda não somos maioria. Em retribuição à manutenção do imposto, algumas centrais (Força Sindical junto com UGT, NCST, CGTB, CTB), ofereceram (em 9/4) uma grande festa aos senadores, ao custo de R\$17,5 mil, regada a

champagne e uísque. Mas que alegria é esta que merece um uísque importado para o brinde? Uma coisa é certa: não era uma vitória dos trabalhadores a que estava sendo comemorada no Senado. O montante que representa um dia de salário por ano de cada trabalhador é calculado em R\$1,2 bilhão por ano – dos quais, pelo menos R\$100 milhões vão para as centrais. **Continua na página 3.**

Serpro e Dataprev Campanha Salarial começa com avanços na pauta, mas falta organizar calendário de lutas

Os encaminhamentos da plenária nacional que define a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2008, realizada em março, foram positivos para a luta dos trabalhadores frente aos interesses das empresas representados por um setor do movimento sindical. O índice aprovado como reivindicação foi o eixo proposto pela nossa regional (que, como consequência de um intenso trabalho, já havia passado em várias assembléias de todo o país). São as perdas de 2002 até 2007, mais o ICV do ano, somado à produtividade de 10% – fechando em torno de 21%. Este índice superou a proposta da maioria da federação, de pedir sempre muito pouco, e a proposta do sindicato de Minas, das perdas do FHC que totalizam 124%, pois ficou claro, no ano passado, que não reflete a nossa condição de luta. A primeira rodada de negociação ocorreu no dia 28/4 no Serpro; na Dataprev será no dia 7/5. As divergências internas sobre a organização da luta dos trabalhadores são um desafio a mais para a campanha: falta organizar o calendário de mobilizações enquanto a Fenadados concentra esforços na criação de uma Confederação que acreditamos ser equivocada, além do polêmico debate sobre o pacto federativo. **Continua na página 2.**

Assembléia do dia 31/1



Mobilização do dia 24/4



Procergs Trabalhadores mobilizados por reposição salarial

A CT e o Sindppd/RS passaram todo o início do ano – e assim continuam – reunindo-se com representantes da direção da empresa a fim de fechar um acordo sem perdas. A imediata reposição salarial é o centro das reivindicações dos trabalhadores que, em não tendo proposta da empresa para avaliar, retomaram as mobilizações de terças e quintas que já caracterizavam a campanha em 2007. Se fecharem duas datas-base sem solução, os trabalhadores vão acumular mais de 10% em perdas salariais. Contraditoriamente, a Procergs está operando em superávit e há uma previsão de investimentos nos projetos da Companhia. Os trabalhadores exigem que o investimento se estenda à valorização do corpo funcional. Por saberem que somente com muita pressão será possível conquistar um acordo justo, os trabalhadores decidiram intensificar as mobilizações. **Continua na página 2.**

Sindppd/RS moderniza seu atendimento
Pag 4

Organizando uma alternativa de luta
feminista
Pag 4

E mais: confira as colunas sobre Saúde e Direitos do Trabalhador: um espaço de diálogo direto entre a categoria e as assessorias que o sindicato oferece

Invariavelmente, o tema dos jornais e boletins do Sindppd/RS gravitam sempre em torno de duas questões: os desafios e as conquistas da luta dos trabalhadores. Com o Comunica Dados 15 não é diferente.

Chamamos a atenção da categoria, especialmente, para o desafio de dar fim ao Imposto Sindical, este método atrasado e injusto que não permite ao trabalhador decidir diretamente sobre a melhor forma de contribuir para a sua entidade e ainda facilita a corrupção. Também, para o desafio maior que se apresenta às mulheres.

No plano das conquistas, esta edição traz diversos exemplos de pequenos e grandes avanços em cada empresa, fruto da mobilização constante dos trabalhadores da categoria, e também a conquista que constitui participar da construção de uma verdadeira alternativa de organização: a Conlutas.



Procergs Audiência Pública vai debater propostas

A diretoria da Procergs lançou em março o seu Planejamento Estratégico, causando grande preocupação entre os trabalhadores com o rumo pretendido por este projeto – que parece ser o da fragilização da Companhia, como o desmonte de alguns serviços. Diante disto, os trabalhadores lançaram um manifesto esclarecendo a todos que o Planejamento Estratégico não teve participação alguma do corpo funcional. O documento foi entregue a empresa, Assembléia Legislativa e Secretaria da Fazenda e repercutiu na imprensa. Além disso, a campanha em defesa da Procergs avança com a aprovação de uma Audiência Pública sobre a situação da Procergs – fruto de intensa mobilização do Sindppd/RS e da CT na Assembléia. A audiência se realizará no dia 15 de maio, quando reforçaremos o projeto dos técnicos da Procergs para o fortalecimento da Companhia e dos serviços públicos, bastante diferente da idéia de redução da empresa defendida pela diretoria. Vale o exemplo dos trabalhadores da Fundação Cultural Piratini (TVE e FM Cultura), que denunciaram em Audiência Pública o processo de desmonte que já estava iniciado e apontava para redução da Fundação e demissões, e conseguiram estancar, ao menos por algum tempo, este processo.

As políticas de desvalorização dos trabalhadores e de redução da empresa fazem parte de um mesmo projeto e, por isso, a Campanha Salarial dos trabalhadores é também uma campanha em defesa do fortalecimento da Procergs, seus serviços e funcionários. Acesse o blogue da campanha em www.sindppd-rs.org.br/defesaprocergs.

Empresas

Serpro e Dataprev Pelo fim do pacto federativo e contra a criação da Confederação

O Sindppd/RS participou da reunião do Conselho Diretor da Fenadados, em 12 e 13 de abril, defendendo enfaticamente dois posicionamentos: o fim do pacto federativo e a não criação de uma Confederação. O chamado 'pacto federativo' é o critério que a federação atualmente utiliza para as deliberações das Campanhas Salariais dos trabalhadores do Serpro e da Dataprev, que conta um voto para cada sindicato em cada estado, independente do número de trabalhadores. O Sindppd/RS defende o critério da proporcionalidade, a fim de que a decisão da maioria dos trabalhadores sempre prevaleça. Sobre a criação de uma Confederação de TI, defendida pela maioria da Fenadados, o Sindppd/RS se posicionou contrário por entender que esta alternativa não serve para as lutas dos trabalhadores: já nasce equivocada, pois não privilegia a base e suas deliberações. No entanto, a resolução aprovada por maioria no Conselho Diretor, foi no sentido de dar continuidade às negociações que o setor majoritário da federação já vem fazendo há algum tempo com a CGTB, para a criação em conjunto da Confederação.

Leia a íntegra dos manifestos do Sindppd/RS pelo fim do pacto federativo e contra a criação de uma confederação no site do sindicato: www.sindppd-rs.org.br.

Sindppd/RS exige valorização dos trabalhadores do Serpro no Fisl 9.0

Depois do [portão da sede do Serpro](#), foi a vez do Fórum Internacional de Software Livre (Fisl 9.0) receber as reivindicações dos trabalhadores do Serpro. O material distribuído na abertura do fórum (17/4) lembra que a inteligência de uma empresa de informática reside em seus trabalhadores e que, infelizmente, o Serpro não tem investido em valorização de seu corpo funcional. Além dos salários rebaixados, o documento denunciava a promessa ainda não cumprida de um novo Plano de Cargos e Salários negociado com a categoria e as gratificações do corpo gerencial, que, ao contrário dos trabalhadores, tiveram um gordo aumento no início do ano. O diretor-presidente do Serpro, diversos deputados, a coordenação do Fórum, colegas de outros estados e representantes de outras empresas públicas de informática, entre outros que também receberam o boletim, puderam ler o seguinte: "Somos conhecedores da situação financeira do Serpro e dos volumosos recursos que estão entrando para o caixa do governo e muito disso se deve ao trabalho prestado pelos trabalhadores desta empresa. Entende-se, então, que para atender aos anseios dos trabalhadores será necessária vontade política dos gestores".



SAÚDE DO TRABALHADOR

Antônio Jane Cardoso

Assessor de Saúde do Sindppd/RS

Luta pela saúde: um projeto para a categoria

Nos tempos da APPD-RS, iniciamos um trabalho pioneiro não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Em 1983, começamos a luta contra as *tenossinovites*, a primeira doença ocupacional – que hoje faz parte das LER (Lesões por Esforços Repetitivos). A legislação nacional de proteção aos trabalhadores surgiu desse trabalho e assim permaneceu até 1987, quando foi entregue ao meio acadêmico e se afastou da sabedoria do trabalhador, perdendo o referencial.

Em setembro de 2007, a diretoria do SINDPPD-RS iniciou a restauração da antiga *Comissão de Saúde dos Profissionais de Processamento de Dados*, possibilitando uma nova etapa de atendimento aos lesionados por LER e iniciando uma campanha de prevenção dessas tão mal conhecidas patologias. Este trabalho renasce através de um projeto montado com muito cuidado, pois está sendo feito para funcionar, e da conscientização de que os problemas dessa área estão se avolumando e que há um impasse que a atual diretoria está procurando equacionar:

- de um lado, a luta pela saúde ainda é encarada com insegurança – mais do que isso: de forma equivocada – por parte dos sindicalistas, que, em geral, ainda temem ser taxados de *assistencialistas* se tocarem em questões de saúde, pois, nos governos militares, os sindicatos sofreram arbitrárias intervenções, transformando-se em postos de assistência médica e administradores de colônias de férias. Essa idéia de saúde não foi modificada e ficou um estagnado ranço com tudo que se relacione com esse tema.

- do outro lado, as empresas de processamento de dados, em geral, também têm os seus vícios: exigem alta produção de seus trabalhadores e fazem *vista grossa* com relação às doenças ocupacionais.

Nossa proposta é esclarecermos a origem dos preconceitos e resgatar os resultados de nossas lutas: as legislações que nos protegem existem, *mas não são aplicadas*. Juntos, poderemos recobrar nosso nível de consciência e fazermos cumprir as leis que nos protegem. Já estamos mantendo um plantão de atendimento e triagem para doenças ocupacionais, nas terças-feiras de manhã e quintas-feiras à tarde. Ligue para 51 3213.6100 e marque uma hora, ou venha até nossa sede. Nosso objetivo maior é a prevenção, mas, no caso de uma doença já instalada, temos condições de tomar as providências adequadas. Sejam bem vindos ao que é de vocês!

A quem interessa o imposto sindical?

Somente cinco meses depois da Câmara Federal aprovar o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, o Senado derrubou a emenda da Câmara e manteve o imposto como obrigatório, em 29 de novembro do ano passado. O texto voltou à Câmara, em 11 de março último, e os deputados também aprovaram a manutenção do imposto, sancionada pelo presidente Lula vinte dias depois. Mas o processo de recriação ou manutenção do imposto sindical não começou nestas datas. Durante os cinco meses entre a aprovação e a derrubada da emenda que poria fim à obrigatoriedade do imposto, centrais como a CUT e a Força Sindical estiveram mobilizadas em um grande lobby por sua manutenção. A Conlutas foi a única grande central a se manifestar contra o imposto desde o princípio.



Autobenefício com dinheiro dos trabalhadores

O imposto sindical foi a principal medida adotada pelo Estado, ainda na era Getúlio Vargas, para atrelar os sindicatos ao controle estatal, e mantém seus efeitos profundamente negativos até hoje. Há, a partir desses recursos, a sustentação financeira de grandes e pequenos aparatos sindicais (confederações, federações e sindicatos) que não desenvolvem nenhum trabalho cotidiano junto a suas bases transformando estas organizações em verdadeiros “meio de vida” para seus dirigentes, que se perpetuam como direção e não sofrem nenhum controle de suas bases, utilizando a estrutura construída com verbas retiradas dos salários dos trabalhadores em benefício próprio. Os exemplos disto são diversos: desde festas particulares, como esta realizada no Senado, passando por utilização dos carros e equipamentos dos sindicatos sem nenhuma regulação ou justificativa, e chegando a casos de corrupção extrema, como o do presidente do Sindicato dos Motoristas de Ônibus de Campinas, que extorquia dinheiro de um plano de saúde e, em troca, o beneficiava influenciando os trabalhadores a adotá-lo. O imposto sindical é um grande estímulo para a usurpação do dinheiro dos trabalhadores. Contra isto, somente a política de contribuição voluntária, onde a categoria decide em assembléia quanto e de que forma deve contribuir e o sindicato presta contas diretamente aos trabalhadores.

Deslocamento do debate

Lula, além de sancionar a manutenção do imposto, também vetou um artigo que obrigava as entidades a prestar contas de seu uso ao Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, o debate sobre o imposto se deslocou para a questão da fiscalização. O que realmente deve ser discutido, contudo, é o fim do imposto sindical e não apenas se o TCU deve ou não fiscalizar as centrais. Efetuando este debate na raiz da questão, em reunião nacional no final de fevereiro, a **Conlutas decidiu, por unanimidade, que não vai receber os recursos do imposto.** Para o Sindppd/RS o centro deste debate está claro: as organizações dos trabalhadores devem manter total independência política e financeira frente aos patrões e aos governos. Isso significa que os trabalhadores devem sustentar financeiramente suas entidades sem qualquer interferência do Estado. Conseqüentemente, a fiscalização destes recursos também não pode sofrer nenhuma interferência de outros agentes (como o TCU) que não sejam a própria classe.



DIREITOS DO TRABALHADOR

Sales da Rosa
Assessor Jurídico do Sindppd/RS

O Assédio Moral no universo jurídico

Sob o ponto de vista jurídico, na França, o Assédio Moral gera a ruptura contratual e punição de quem o pratica. Em Portugal, são passíveis de anulabilidade os atos praticados sob a condição de assédio moral. No Brasil, o Assédio Moral, além da nulidade da despedida e a reintegração no emprego (art. 4º, I, da Lei nº 9029/01), pode dar nascimento à pretensão de resolução do contrato do empregado por descumprimento de deveres legais e contratuais (art. 483, d, da CLT), além de Ação de Indenização aos danos morais praticados contra o empregado. Talvez o mais importante efeito jurídico seja a possibilidade de gerar a reparação dos danos patrimoniais e morais pelas conseqüências de ordem econômica (perda do emprego, diminuição salarial, despesas com médicos, psicólogos...) e na esfera da honra e da saúde psíquica e física, da auto-estima.

A suposta ausência de previsão legal para o Assédio Moral é argumento que não encontra resguardo, uma vez que é assegurado pela Constituição Federal de 1988 o respeito à dignidade humana, à cidadania, à imagem e ao patrimônio moral do obreiro, inclusive com indenização por danos morais (art. 5º, V e X).

O pioneirismo na consagração do Assédio Moral como fato gerador de dano moral compete ao TRT da 17ª Região, que, em 2000, sob a lavra da ilustre Juíza Sonia das Dores Dionísio, determinou o que segue: “ASSÉDIO MORAL – CONTRATO DE INAÇÃO – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – A tortura psicológica, destinada a golpear a auto-estima do empregado, visando forçar sua demissão ou apressar a sua dispensa através de métodos em que resultem em sobrecarregar o empregado de tarefas inúteis, sonegar-lhe informações e fingir que não o vê, resultam em assédio moral, cujo efeito é o direito à indenização por dano moral, porque ultrapassa o âmbito profissional, eis que minam a saúde física e mental da vítima e corrói a sua auto-estima. No caso dos autos, o assédio foi além, porque a empresa transformou o contrato de atividades em contrato de inação, quebrando o caráter sinalagmático do contrato de trabalho, e por conseqüência, descumprindo a sua principal que é a de fornecer o trabalho, fonte de dignidade ao empregado”.

Na próxima edição do *Comunica Dados*, pretendemos esclarecer o conceito e a caracterização do Assédio Moral. Nossos plantões de atendimento na sede do sindicato ocorrem às terças-feiras, das 11h às 13h, e às quintas-feiras, das 16h às 18h. Ligue 51 3213.6100 e marque um horário.

O *Comunica Dados* é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul (Sindppd/RS).

Tiragem: 1.700 exemplares. Impressão: VT Propaganda e Gráfica.

Divulgação e Imprensa • Diretora Coordenadora: Hilda Teresinha

Mathias Dobal / Diretores Adjuntos: Ernani Tarouco Menna

e Deobrandino Ninrod Borges

Jornalista Responsável: Nanda Isele Gallas Duarte

End: Rua Washington Luiz, 186 - Bairro Centro. CEP 90010-460

Fone: (51) 3213-6100 / Fax: (51) 3213-6140

Site: www.sindppd-rs.org.br

E-mail: comunicacao.sindppdrs@gmail.com

Serviços

Sindppd/RS moderniza seu atendimento

Pensando sempre em melhor atender a categoria, o Sindppd/RS iniciou 2008 implantando inovações em seu atendimento. A organização interna do sindicato está se modernizando com a adoção do sistema de gerenciamento informatizado *ProSind*, com a finalidade de obter maior segurança e eficiência no tratamento das informações pertinentes à administração sindical.

A colega Sônia Maia, do departamento financeiro do sindicato, elogia a agilidade do novo sistema: "vai trazer mais rapidez e clareza na visualização dos dados, pois tem planilhas que não dispúnhamos no sistema antigo". Os novos recursos são diversos: desde maior agilidade na manutenção do arquivo dos associados, na geração de listas de votação conforme o estatuto, no cadastramento dos sindicalizados e das empresas e no controle de arrecadação, passando pelo aperfeiçoamento da intercomunicação entre os

- Galeria
- Contato
- Links
- Formulários
- Boletos

departamentos do Sindppd/RS até a possibilidade de emissão de Guias de Contribuição (Assistencial e Sindical) pelo site do sindicato (www.sindppd-rs.org.br, clicando no link **Boletos**, na coluna da esquerda), economizando tempo, uma vez que o envio de guias pelo Correio não será mais necessário. Fernando Brasil, da secretaria do Sindppd/RS,



Agendamento de homologações e emissão de boletos à distância de alguns cliques

garante: a consulta aos dados dos associados está muito mais rápida, o trabalhador que precisar de qualquer informação sobre a sua situação cadastral vai sentir a diferença na agilidade do atendimento. A maior qualidade e agilidade na organização interna permite que o corpo funcional do sindicato possa empregar mais tempo às atividades que mais interessam à categoria, como a fiscalização do cumprimento dos acordos.

Fim da disputa por fichas

Outra novidade no atendimento do Sindppd/RS deu fim à antiga disputa por fichas que sempre ocorria durante as tardes, no saguão da sede. Agora, o atendimento de Homologações e Rescisões é realizado exclusivamente por meio de agendamento online ou por telefone (51 3213.6100). "Para o trabalhador, significa menos tempo de espera. Antes, ele poderia chegar às 12h30min e ser atendido somente às 17h. Agora ele já vem com a hora marcada" afirma Marilê Martins, que atende as Homologações. Para acessar a Agenda Online, instruções de como proceder e documentação necessária, basta clicar no link **Homologações** no site do sindicato: www.sindppd-rs.org.br.

- Diretoria
- Serviços
- Assessorias
- Homologações

Empresas

Procempa Forma de pagamento de horas extras tem acordo

O Sindppd/RS entrou com ação coletiva, há oito anos, exigindo da Procempa o pagamento de horas extras de 1999 a 2001. Ainda no final de 2007, a Justiça do Trabalho decidiu em favor dos mais de 150 trabalhadores. Desde então, a forma de pagamento vem sendo negociada entre a empresa e o sindicato, que chegaram ao seguinte acordo: o valor devido a cada trabalhador será pago em conta corrente, em seis parcelas mensais, começando em 30 de abril.

Esta é mais uma vitória da luta que também travamos nos tribunais e se junta à recente vitória dos trabalhadores de toda a categoria na ação contra a cobrança de Imposto de Renda sobre férias

vendas e à ação movida há quase vinte anos, em 1989, em nome dos trabalhadores do Serpro que, finalmente, tiveram as diferenças salariais decorrentes da interpretação e aplicação da Lei 7788/89 pagas no último mês de março.

Os trabalhadores da Procempa também têm conquistas na luta do dia-a-dia a comemorar: a sua Comissão de Trabalhadores vem mantendo um processo negocial constante com a diretoria da empresa. Os representantes dos trabalhadores realizam reuniões semanais com a empresa para discutir questões do cotidiano de trabalho dos funcionários, com quem também mantêm diálogo direto.

Movimento

Na luta, o desafio da mulher é ainda maior

O Sindppd/RS participou, entre os dias 19 e 21 de abril, do I Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas, em São Paulo, com a intenção de construir uma alternativa classista e feminista para a luta contra todas as formas de exploração e opressão da mulher, estejam estas formas presentes no dia a dia das mulheres, na política de retirada de direitos do governo Lula ou na expansão imperialista.

Antes disto, durante o mês de março, que comporta o Dia Internacional da Luta da Mulher, o Sindppd/RS estimulou o debate sobre três questões centrais à luta da mulher hoje: o mercado de trabalho, a situação da mulher negra e a violência contra a mulher.

Mulher e mercado de trabalho: exploração a serviço do lucro

No Brasil, as mulheres representam 42% do mercado de trabalho, mas não existe igualdade de remuneração por um trabalho de igual valor. Entre aqueles que recebem apenas um salário mínimo, 53% são mulheres. Pior: elas constituem 70% dos mais pobres no mundo. O subemprego significa, para as mulheres, serem contratadas no lugar de homens com metade dos salários destes, fenômeno conhecido como "feminização" da mão-de-obra: a exploração da mulher em nome do lucro a qualquer custo. Além de tudo isso, conforme relatório da UNCTAD, as mulheres empregam o dobro ou uma proporção maior do seu tempo em trabalhos não-remunerados: são as duplas e triplas jornadas, sem valorização alguma.

A mulher negra e o desafio multiplicado

Quando unimos a essa situação o racismo, percebe-se que o capitalismo faz com que as mulheres negras sejam as mais pobres, as que trabalham mais horas, as que mais adoecem, as que possuem os piores trabalhos e as que recebem os menores salários. A mulher negra vem abaixo do homem branco, do homem negro e da mulher branca recebendo uma média salarial de 1,7 salários mínimos por mês. Entre os desempregados, a mulher negra tem uma taxa de desemprego quase 50% maior do que entre os não-negros. A combinação do racismo e machismo faz com que as jovens negras liderem as estatísticas de vítimas por causas externas (homicídios, acidentes, suicídios): mais

da metade das jovens brancas (71%) morrem em função de acidentes de trânsito, enquanto mais da metade das jovens negras (58%) morrem assassinadas. Devido ao acesso desigual à assistência médica, as mortes por complicações na gravidez e no parto ocorrem 32% mais entre as negras do que com as mulheres brancas.

Pelo fim da violência contra a mulher!

Uma em cada quatro mulheres já foi vítima de ataques (assédio sexual, estupro, espancamento, etc.) e sete em cada dez mulheres mortas são assassinadas pelos próprios maridos, que também são responsáveis por 56% dos casos de espancamento. Há muitas pesquisas sobre o tema da violência contra a mulher. O que falta é uma política realmente efetiva no combate à violência. Às vésperas da última eleição, Lula aprovou a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. No entanto, essa lei não garante de fato a punição ao agressor, assim como não garante os serviços essenciais à mulher que sofre agressão. Além disso, em nome do pagamento das dívidas, em 2007, Lula cortou 42% do orçamento destinado aos programas de combate à violência contra a mulher.

Construindo uma alternativa

No Encontro Nacional de Mulheres, os 1100 participantes trataram destas e muitas outras questões que acompanham a mulher em sua luta diária. Entre as deliberações do encontro, está a defesa de cotas de mulheres e de Secretarias de Mulheres nas diretorias dos sindicatos, a realização de uma plenária de mulheres no I Congresso da Conlutas, em julho, e um segundo encontro nacional, que deverá ser marcado pelo Grupo de Trabalho da Coordenação Nacional de Lutas a fim de encaminhar a construção desse movimento.



Obs.: as fontes das pesquisas e estatísticas mencionadas aqui podem ser conferidas nas matérias que foram veiculadas sobre o Dia Internacional da Luta da Mulher no site do Sindppd/RS.